



EDITORIAL

Depois da derrota com a aprovação da Reforma da Previdência...

Cada docente, hoje efetivo, começará a conviver com os docentes terceirizados, e a contratação via concurso será uma forma em extinção.

Terceirizado é um (a) trabalhador (a) com péssimas condições de salário e trabalho. Não é funcionário público: tem compromisso com a empresa que o contrata e não com a Universidade. Não se filia ao sindicato...

Na esteira dessa realidade, virá a precarização do concursado, expressa na simbiose do arrocho salarial (um desdobramento da falta de unidade da categoria) com outras e novas demandas advindas da minoração do financiamento público às universidades.

A extensão, com a curricularização, vai virar, na prática, disciplina obrigatória. Acaba a extensão: vira hora/aula, sem compromisso com a comunidade, sem bolsa, sem suporte, sem intenção real com a sociedade e seus dramas.

A pesquisa, com os cortes do financiamento público, somente será realizada em parceria (sempre desvantajosa) com a iniciativa privada, ou vai migrar para "centros de pesquisa (?)".

Acaba o tripé: ensino, pesquisa e extensão,

que hoje, da forma como acontece, precisa de maior compromisso com a transformação da sociedade.

Ficará só o ensino: técnico e rebaixado aos interesses próprios das empresas terceirizadas e do governo federal privatista.

Sem verbas para custeio, investimento, ensino, pesquisa e extensão; com docentes e técnicos terceirizados e com condições de salário e trabalho aviltantes; com taxas e mensalidades sobre os estudantes, que com certeza serão impostas...

A tendência de desmonte e falência da Universidade Pública está posta!

Depois de mais uma derrota, com a aprovação da Reforma da Previdência, vem por aí o Pacote Autonomia-Privatização das Universidades.

Pode se preparar para batalha!

Põe isso no seu plano de trabalho semestral!

Brasília, 12 de junho de 2019.

Prof. André Mayer
Presidente da Adufop
Seção Sindical do Andes - SN

NACIONAL

Representantes da ADUFOP participam do 64º CONAD e do ato "Em defesa da Educação, por emprego e aposentadoria"

Durante quatro dias, docentes do ensino superior federal e estadual de todo o país se reúnem em Brasília, no Distrito Federal, para atualizar o plano de lutas da categoria diante de um cenário crescente de retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros e de ataques à educação. O Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) teve início ontem (11) e segue até domingo (14) na Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb - Seção Sindical do ANDES-SN). O tema do 64º CONAD é "Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas". A delegação da ADUFOP é formada por dois docentes: André Mayer (delegado) e Kathiúça Bertollo (Observadora/Suplente de Delegado). O 2º tesoureiro da ADUFOP, Joaquim Toledo, também participa do conselho pela Regional Leste.

Hoje(12), a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidades estudantis e da educação e centrais sindicais convocaram um ato nacional "Em defesa da Educação, por emprego e aposentadoria". A manifestação teve início às 10h

da manhã em frente à Biblioteca Nacional seguindo em direção à Esplanada dos Ministérios.

Diante do avanço das articulações para a aprovação da contrarreforma da Previdência e dos sucessivos ataques à educação pública, que vão dos cortes de verbas à nomeação de reitores não eleitos pela comunidade acadêmica, o ANDES-SN sugeriu uma alteração na programação para adaptar o cronograma à participação dos delegados e dos observadores no ato.

No decorrer do 64º CONAD, os participantes vão fazer análise de conjuntura e viabilizar esforços para debater e atualizar os planos de lutas gerais e específicos do Sindicato Nacional, deliberados durante o último Congresso da entidade, realizado no início do ano e, também, debater e deliberar as contas da entidade. Os recentes ataques à Educação Pública, como o corte no orçamento nas instituições federais de ensino públicas e o teor do projeto "Escola Sem Partido" estão na pauta das discussões.



Representantes da ADUFOP participam da abertura do 64º CONAD na Adunb, em Brasília - Reprodução



Representantes da ADUFOP participam de mobilização contra a Reforma da Previdência, em Brasília - Reprodução



NACIONAL

Câmara retoma votação de destaques da reforma da Previdência

No quarto dia de apreciação da proposta de emenda à Constituição (PEC 6/19) da reforma da Previdência em plenário, os deputados retomam hoje (12) a análise dos destaques ao texto principal aprovado na quarta-feira (10).

Ainda faltam nove destaques e emendas para serem votados. Líderes de alguns partidos concordaram em formar um bloco para unificar as orientações de voto, com o líder de um partido falando em nome dos demais, para acelerar a sessão. Em alguns casos, o bloco abrirá mão de encaminhar a orientação única.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), prevê encerrar a votação, em segundo turno, na sexta-feira à noite ou na manhã de sábado (13).

Na madrugada desta sexta-feira (12), o parlamento aprovaram, por 467 votos a 15, a emenda do Podemos que reduz a idade mínima de aposentadoria para os policiais que servem à União. Policiais federais, policiais legislativos, policiais civis do Distrito Federal, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários e socioeducativos federais, entre outros, poderão aposentar-se aos 53 anos (homens) e 52 anos (mulheres).

Ontem (11), o plenário da Câmara aprovou proposta que aumenta a aposentadoria de trabalhadoras da iniciativa privada e permite o recebimento de pensão por morte em valor inferior a um salário mínimo. De autoria da

bancada do Democratas, a emenda foi aprovada por 344 votos a 132, com 15 abstenções.

A aprovação só foi possível por causa de um acordo entre líderes e o governo. O texto-base tinha um trecho que permitiria ao pensionista receber menos de um salário mínimo se alguém na família tivesse outra fonte de renda. Agora, a renda que contará para o cálculo da pensão será apenas do viúvo ou da viúva. Caso o pensionista tenha um salário formal, receberá apenas 60% do salário médio do cônjuge falecido, mas, se perder a renda e cair na informalidade, a pensão automaticamente subirá para um salário mínimo.

Os deputados também decidiram rejeitar um destaque do partido Cidadania que retiraria da reforma da Previdência uma medida antifraude na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por 322 votos contra 164, os deputados mantiveram a exigência de que o benefício para idosos de baixa renda seja pago apenas a famílias com renda per capita de um quarto do salário mínimo.

Esse ponto havia sido incluído pela comissão especial na semana passada depois de negociação com o Ministério da Economia. A medida deve proporcionar economia de R\$ 33 bilhões em dez anos com a redução de fraudes e o fim de questionamentos judiciais.

Fonte: Agência Brasil